

OS SOLDADOS BONAPARTISTAS E A REVOLUÇÃO DE 1817

Gabriela Cardoso AMORIM*
Flavio José Gomes CABRAL**

Em meados do ano de 1817 refletiam na revolução gerada na província de Pernambuco, a influência das colônias próximas que entravam em processo de independência, lutas e conspirações. Essas revoltas assustavam a monarquia portuguesa estabelecida na cidade do Rio de Janeiro refugiada após a ameaça de invasão do imperador francês Napoleão Bonaparte a Portugal. As idéias liberais pregadas por Bonaparte passaram a compor o imaginário dos revoltosos que conspiravam em favor de uma República e enalteciam a busca por liberdade, assim os revolucionários obtinham auxílio em seu respaldo para o desenvolvimento da revolução. Notícias sobre uma possível sedição e planos para libertar e trazer Napoleão para Pernambuco, a participação dos soldados bonapartistas na sedição e as relações estabelecidas com os Estados Unidos serão discutidos no presente artigo, no entanto é necessário estabelecer uma contextualização e esclarecer como se deu a revolução de 1817 quando se estabeleceu uma República em Pernambuco que obteve a duração de apenas de setenta e quatro dias.

No dia 6 de março de 1817 ao entardecer do dia, o então governador da província de Pernambuco Caetano Pinto de Miranda Montenegro recebia a denúncia de um levante que ocorreria em breve, no mesmo instante ordenou a prisão dos que estavam sob suspeita de organizarem a rebelião, entre estes estava o Capitão José de Barros Lima que ao receber voz de prisão mata com sua espada o Brigadeiro Manuel Joaquim Barboza de Castro, comandante português que tentava prendê-lo. A atitude do Capitão precipita à revolta e a partir desse momento quando os soldados saíram em soltura aos presos que os lideravam, o governador com uns poucos guardas fugia para a fortaleza do Brum. Outros oficiais se refugiaram na casa do Erário, porém faltaram munições e ordens necessárias da parte do governador e por esse motivo estes saíram do Erário e esconderam-se junto a Caetano Pinto. As pessoas a partir daí corriam para se esconderem com medo que estava acontecendo e alguns homens do oficial Pedro Pedroso tomaram e cortaram a ponte que ia do Bairro do Recife ao de Santo Antônio. Em pouco tempo os revoltosos se apoderaram do bairro, o pavor se tornou geral, pessoas fugiram da localidade, e alguns portugueses abrigaram-se em navios ancorados no porto. Foi travado ao dia seguinte um acordo com Caetano para que ele abandonasse a província em segurança e na companhia dos seus. (MOURAO, 2009:21) Semanas antes início da revolução esta já era planejada com afincos por alguns que pertenciam a sociedades secretas, por membros da maçonaria e por intelectuais da região, entre eles se destacam Domingos José Martins, o padre João Ribeiro Pessoa de Melo, o vigário de Santo Antônio, Luís José Cavalcanti Lins, e de Antônio Gonçalves da Cruz também chamado de Cabugá, que recebiam outros conspiradores em suas casas para planejar o motim, estes utilizavam a justificativa de que antes quando os pernambucanos expulsaram os holandeses, devolveram a província a Portugal, em troca de algumas “regalias” como isenção fiscal e na administração, o que segundo eles não ocorria (CABRAL, 2012:2).

* Graduada em História pela Universidade Católica de Pernambuco, bolsista do PIBIC UNICAP. E-mail: gabi.cm2012@hotmail.com

** Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco, professor de História na UNICAP, orientador PIBIC-CNPQ. E-mail: gomescabral@uol.com.br

Ainda no dia 7, foi criado o governo provisório para cuidar na causa da pátria, a participação de negros na escolha desse governo é notável. Foram escolhidos cinco representantes para o novo governo e estes compunham cada um deles uma parte da sociedade, um eclesiástico, um militar, um magistrado, um agricultor e um comerciante. A presidência do Erário foi dada a Cabugá, porém como ele partiu com a função de embaixador para os Estados Unidos, entregou a presidência a Gervásio Pires Ferreira. Emissários foram mandados a outras províncias como a de Alagoas e Bahia e Rio Grande do Norte, a Paraíba se revolta também no mesmo mês, apenas seis dias depois. Algumas das propostas dessa República contêm relevância como o projeto de Lei orgânica visto que este se torna o primeiro texto constitucional do Brasil, onde constam também a imprensa e o culto livre, o poder de escolha da população e a independência dos poderes (MOURAO, 2009:21-22).

A ação do governo monárquico, no entanto não vem a tardar, o Conde dos Arcos, representante português na província baiana, ao saber de emissários que chegariam aos seus domínios para disseminar a revolução, conseguiu prender logo na chegada do porto baiano o Padre José Inácio Ribeiro e Abreu e Lima, o Padre Roma e ordenou em seguida o bloqueio do porto do Recife, e quatro mil homens se dirigiam ao Recife para o combate com os revolucionários. A população recifense se encontrava apreensiva, os alimentos devido o porto bloqueado começavam a entrar em escassez e o medo da invasão das tropas vindas da Bahia apavorava os habitantes. As tropas portuguesas são bem sucedidas em seu intento, o governo republicano após fugir para o bairro da Soledade e ali se encontrar isolados, tenta um acordo com o comandante naval, que bloqueava o porto, porém como não obtiveram sucesso seus membros debandaram. Segundo Gonzalo Mourão, autor do livro *A Revolução de 1817 e a História do Brasil*:

A repressão foi feroz como nunca o fora qualquer outra no Brasil. A devassa aberta em meados de 1817 funcionou com Alçada nomeada até a publicação da Carta Régia de 6 de fevereiro de 1818, que ordenou seu término e o início imediato do julgamento dos prisioneiros com culpa formada, perdendo-se todos os demais, 'exceto sendo os cabeças da rebelião' (MOURÃO, 2009, 24).

Mourão (2009, 46-47) diz ainda que a insurreição pernambucana iniciou a história das negociações com outros países ou seja iniciou a diplomacia entre o Brasil e outros países e que mostrava um Brasil que não queria pertencer à Portugal, nem queria ser Portugal no novo mundo mas sim o país que queria assumir o controle dos seus feitos e ter o poder sobre suas escolhas.

O quadro internacional que rondava a monarquia portuguesa não estava muito em harmonia. O acordo feito pela Santa Aliança em 1815 garantia mesmo que momentaneamente uma época de calmaria para a Europa, esse pacto é feito após a derrota de Napoleão Bonaparte. No entanto, a monarquia portuguesa que estava refugiada e estabelecida na corte do Rio de Janeiro, não partilhava dessa fase de calmaria, pois o rei Dom João VI, se aventurava na tomada de regiões próximas ao país como é o caso da Caiena e de Montevidéu. A Inglaterra sob o respaldo das vitórias sobre Napoleão assumia o controle comercial e a corte não poderia estar alheia a esse poder. Essa fase dos portugueses no Brasil é caracterizada pelas relações estreitas com os ingleses. Um dos benefícios trazidos através dessa aliança é a singela ajuda prestada por eles ao império na revolta, porém a questão da escravidão era um ponto desfavorável, pois Portugal era sempre pressionada a aderir à abolição. Era preocupante, pois um receio tido por ambas as partes era que viesse a se repetir a abolição haitiana, que sustentou lutas sangrentas contra França, Espanha e Inglaterra até que se declarasse a independência juntamente como a abolição depois de quatorze anos de batalha. Outra desvantagem era a preferência comercial tida pela Inglaterra que deixavam muitos insatisfeitos inclusive alguns cortesões muito próximos a D. João (MOURAO, 2009:28).

Na América espanhola as coisas não estavam em tranquilidade, às revoltas e o surgimento das colônias independentes trazia uma situação complicada à sólida corte de portuguesa, a luta

militar contra as forças espanholas, tencionava o governo, pois sempre resquícios dessas empreitadas chegavam ao Brasil. A inconfidência mineira não teve repercussão internacional, porém já mostrava a existência de conspirações internas. Foi a Revolução de 1817 que abre as portas para o país adentrar no contexto internacional:

A Revolução de 1817 traria para dentro do país toda a complexidade das grandes questões internacionais do momento, até então vivida pela diplomacia portuguesa apenas em suas relações internacionais, e já agora não mais como possibilidade teórica, remota e eludível, mas como realidade palpável e indelével (MOURÃO, 2009:29).

O emissário escolhido pelo novo governo republicano o dito Antônio Gonçalves da Cruz, foi designado para cumprir a missão de negociar apoio dos EUA para a revolta. Cabugá, cujo pai, Manuel Gonçalves da Cruz deu-lhe esse apelido, logo se sentiu atraído pelos ideais do movimento criado em Pernambuco pelos seguidores do Coronel Suassuna (Francisco de Paula de Albuquerque Montenegro, que em meados de 1801 foi designado para a mesma missão e protagonizou a conspiração que recebeu o mesmo nome já que cresceu influenciado pelas idéias francesas, acabando preso antes de realizar sua missão) e do Carmelita Arruda Câmara, que lutava a favor dos ideais libertários desde jovem (GRIECO,1939: 11). Conheceu o liberalismo na Europa através da influência das revoluções estadunidense e da Francesa, desde sua volta ao Brasil passou a tramocar conspirações sediadas em suas residências situadas na cidade do Recife e outra em São José do Manguinho. “[...] até a data em que resolveu, por motivos particulares, vender os bens e partir em definitivo para os Estados Unidos.” Diz Flávio Cabral (2011:2). Partiu em sua missão diplomática para o norte da América em 24 de março quando a revolução estava em curso, sendo designado a manter relações de apoio mútuo afim de que outras nações pudessem reconhecer e legitimar o novo governo criado em Pernambuco que ganhava cada vez mais força por toda a região que um dia viria a ser chamada de Nordeste. Sua missão em muito se igualava com as enviadas para Inglaterra e Buenos Aires, e deixava o Recife com uma boa quantidade em dinheiro para que pudesse comprar armamento e munições para o combate aos portugueses. Almejava também encontrar homens dispostos a lutar pela causa pernambucana e como será falado posteriormente conseguiu alguns êxitos com a sua ida para os EUA de sua missão.

Antes de Cabugá, o inglês Charles Bowen partiu de Recife para os Estados Unidos, Estava sob sua incumbência, expressar a admiração tida pela República local pelo país que conquistara a dependência e deixar claro também a intenção de estabelecer um comércio livre para como este, tinha como responsabilidade também, avisar a autoridades estadunidenses sobre a chegada de um emissário vindo da nova República, procurou jornais locais para explanar sobre o propósito da revolução que acontecia. Gazetas passaram a publicar sobre a “revolução no Brasil” e o levante passa a ter repercussão internacional nas colônias vizinhas ao Brasil que também viviam um quadro de luta por independência e no velho mundo(CABRAL, 2012:4).

Além de Bowen, dois americanos chegaram ao país, um era deles era amigo de um dos principais membros do governo Pernambucano, o rebelde Domingos José Martins, entusiasmados com a República que havia sido deflagrada ficaram a cargo de persuadir pessoas conhecidas convencendo-as dos grandes benefícios que esse movimento traria ao país, conseguindo alguns novos seguidores aumentavam a indignação de Correia da serra, que censurava até o secretário de estado Rush e pedia para que os representantes governamentais de nenhuma forma recebessem algum revolucionário.

A chegada de Bowen nos EUA trouxe inquietação para o abade Correia da Serra, embaixador português no país, ao receber a notícia através de uma das gazetas estadunidenses que a publicaram teve pressa em avisar a corte portuguesa dos novos acontecimentos, fiel à coroa, o abade estava no país em constante estudo sobre a política do norte da América e após as notícias do ocorrido no Brasil abraçou a vida diplomática na localidade, na realidade há indícios

de que ele tenha enviado ao Brasil um ano antes da explosão revolucionária em Pernambuco notícias sobre planos de José Bonaparte, irmão de Napoleão, que encontrava-se preso na Ilha de Santa Helena, sob a vigilância dos ingleses, que almejava libertar o imperador francês utilizando o Brasil como rota de fuga. Através de “espiões” como Correia da Serra que Dom João VI estava a par dos planos dos franceses. A Inglaterra também fora avisada sobre as intenções de Bonaparte e reforçou a segurança na ilha, estava também atenta as embarcações americanas que se acercavam e as afastava. O representante da coroa portuguesa esteve imediatamente com o secretário de estado Richard Rush após o relato recebido sobre os novos acontecimentos e da visita feita a este por Bowen almejando estar a par do teor da conversa tida no dia anterior, porém o secretário não somente negou a visita do revolucionário como também lhe disse que não havia motivos aparentes para que fossem tomadas providências. Esse encontro somente serviu para aumentar a preocupação do português que escreve rapidamente à corte portuguesa descrevendo a dimensão dos acontecimentos da região em revolta do Brasil(CABRAL, 2012:4-5).

Os soldados bonapartistas estavam refugiados nos Estados Unidos, pois além de ser um país recém independente, tinha um governo de considerado imparcial, que não assumia posição nenhuma sobre quaisquer conflitos, isso por conta da Lei da Neutralidade assinada em março de 1817 para assegurar que não fossem auxiliadas pelo país as colônias que estavam entrando em processo de independência, essa neutralidade secretamente deixava de existir quando o assunto era negociação. Cabugá havia ingressado ao país em busca de armamentos e se os revoltosos fossem bem sucedidos em sua empreitada o comércio livre viria a ser lucrativo, entretanto, fora o suposto envolvimento do cônsul norte americano Joseph Ray no Recife, onde especula-se que ele ajudava a esconder os franceses em sua residência a posição dos Estados Unidos no levante foi considerada de imparcialidade. Entre 1817 e 1818, fora enviado um emissário do país objetivando estabelecer relações comerciais, este deixava claro que não intencionava a adesão a qualquer movimento existente aqui, no entanto a lei parecia ser algo superficial o país não podia interferir ou tomar partido de nenhum lado, porém existiam outras formas de prestar ajuda sem estar diretamente ligado aos acontecimentos, essa flexível neutralidade levava o abade Correia da Serra a um alto grau de preocupação já que estava convicto de que o País de alguma forma ajudava as colônias rebeladas(CABRAL, 2011: 5).

Mesmo tendo conhecimentos das dificuldades, cabugá parte para Baltimore em busca dos seus objetivos no país da América do Norte, chegando a Filadélfia um ponto comercial que reunia homens que enfrentavam navios de Portugal e Espanha. Os materiais obtidos por Cabugá foram enviados ao Brasil em dois navios, porém tardaram a chegar. O novo governo aqui implantado tinha concedido poderes suficientes para que o diplomata estabelecesse relações com os americanos, mesmo que estes não reconhecessem oficialmente ainda a nova República. O representante brasileiro sabia muito bem com quem e o que estava lidando, inclusive sabia que não poderia causar problemas com Abade Correia da Serra, pois sua influência entre a alta aristocracia norte americana, poderia causar complicações em seus propósitos, porém ambos passaram-se a vigiar-se mutuamente, e o emissário era assunto constante nas correspondências que o abade enviava ao governador da província de Pernambuco e a outros componentes da monarquia portuguesa. O abade delatou ao secretário Rush, as ações de Cabugá, mostrando o quando a situação iria prejudicar Portugal, já que os materiais obtidos pelo emissário eram de conhecimento dos governantes locais e nenhuma medida havia sido tomada a respeito, e acusou o governo estadunidense de incentivar revoluções. Mais uma vez Rush cita a aparente neutralidade e diz que o país não interfere nem opina a respeito de rebeliões. Percebendo que não havia tido sucesso, correia de serra escreve para D. João e o alerta para estar atento aos portos, para que ele mande reforçar a vigilância sob os navios estrangeiros(CABRAL, 2012: 8-9).

Os propósitos desses soldados sincronizaram com os de Cabugá, eles queriam libertar seu líder e uma República independente aos arredores da prisão de Santa Helena, seria de extrema utilidade já que o plano era levá-lo até a Ilha de Fernando de Noronha antes de transportá-lo para a América do Norte onde seus seguidores o estariam esperando. O governo republicano havia

indicado ao emissário que procurasse estabelecer relações com esses que desgostosos do governo agora estabelecido na França, se fixavam no Norte da América. Já não se faziam mais campanhas contra Napoleão iniciadas quando Portugal fora invadida por tropas napoleônicas e como o imperador estava aprisionado, aparentemente acreditava-se que suas idéias já não eram ameaças, porém o discurso liberalista de Bonaparte é retomado na área nordestina, quando os habitantes reclamavam da monopolização dos portugueses, e dos altos impostos a que eram submetidos sem ao menos serem beneficiados. Ao chegar a notícia da suposta tentativa da suposta ajuda dos soldados napoleônicos na revolução e dos planos para como seu comandante, a corte visionava que o assunto merecia uma considerável atenção e que a força de Bonaparte não haviam se extinguido por completo:

Essa agitação espiritual deu margem a que estivessem sempre vigilantes as autoridades provinciais e metropolitanas em relação aos organizadores e aos principais animadores desses cenários, seguindo-lhes os menores passos e procurando inteirar-se, por meio de hábil espionagem, da marcha e do sentido de tais confabulações entre quatro paredes. Apesar desse vivo cerco policial, quase todas as revoluções nordestinas de antes da Independência foram pregadas e realizadas por apologistas das doutrinas “avançadas” da França (GRIECO, 1939:5, 6).

Ao estabelecer relações com José Bonaparte como lhe foi indicado, foi esquematizado o envio uma embarcação contendo franceses dispostos para o combate e levava a bordo o Conde de Pontécoulant, o coronel Latapie e os soldados Artong e Raulet, no entanto estes foram detidos ao chegarem ao Brasil. Enquanto isso o abade continuava a se corresponder com o governador de Pernambuco e sempre estava precavido para que a carta chegasse diretamente ao destino e não parasse junto a pessoas contrárias, pois existia a suspeita de que as correspondências eram interceptadas em meio ao caminho. Em uma dessas cartas estava contido o delato dos serviços contratados por Cabugá a um navio que deixava o Norte carregado de munições, esse navio, no entanto naufragou antes que pudesse chegar à costa brasileira. Quando esteve a par da notícia sobre a embarcação que partia com os franceses para o Brasil, o representante da coroa portuguesa inquietou-se e passou a ser ainda mais cauteloso em suas cartas. Depois da prisão do navio com franceses a bordo, o governador pernambucano Luiz do Rêgo Barreto, abre uma devassa para apurar o ocorrido. Latapie que é descrito por Mário Melo como um homem sincero procura o governador e confessa que foi mandado por José Bonaparte para sondar o ambiente com o propósito de concretizar os planos para com Napoleão (MELO:1939). Em 1818 os soldados são mandados a Portugal e ficam sob os cuidados dos seus governadores:

Luiz do Rego contaria, porém, com um elemento de valor do qual jamais pensara a vir a utilizar-se. O fato é que – não se sabe por que misteriosas razões – O coronel Latapie, dois dias depois de posto em liberdade, solicitou uma audiência ao governador Luiz do Rego, a quem contou toda a verdade sobre a sua vinda – e a vinda de seus companheiros ao Recife (GRIECO, 1939: 38).

Cabugá, no entanto, continua procurando apoio para a revolução, e tenta estabelecer relações com autoridades inclusive com o ex-presidente John Adams, este escreve a Thomas Jefferson deixando clara a boa impressão que o revolucionário havia deixado. Conseguiu também encontros com o confidente do gabinete Caesar Rodney e com Willian Jones, presidente do Banco Central dos EUA. Juntos redigiram um texto de quatro artigos que favoreciam a República pernambucana, porém a questão da legitimidade da revolução ficou em sem uma concretização, não podiam reconhecer o novo governo por conta do acordo estabelecido com a Europa já citado anteriormente. Rush deixava a questão do movimento proposto por Cabugá em aberto, porém permitiu que este escolhesse o estado americano que mais lhe agradasse para morar menos

a capital já que não seria aconselhável. Declarou ainda que o governo sempre estaria solícito a qualquer necessidade dele.

Apesar de que é extremamente notável que durante a revolução o imaginário disseminado por Bonaparte estava de fato inserido na província de Pernambuco. É esperado o avanço das pesquisas para que se possam descobrir mais nitidamente os fatos já conhecidos e que se possa conhecer outros que estão à espera para serem estudados. Conta que a missão de Cabúga tenha sido bem sucedida, pois já depois da independência este foi chamado pelo Império brasileiro para representar o país como cônsul-geral nos Estados Unidos. Por outro lado tem-se Napoleão, por um lado era temido e odiado, por outro era admirado e seguido e invadia o imaginário dos revolucionários que lutavam por liberdade, como era o caso de Cabugá. Sua missão de um todo bem sucedida, foi um ato cujo pioneirismo prevalece que já que ele foi considerado o primeiro brasileiro representando a diplomacia do Brasil.

Contudo, até o presente momento as descobertas sobre a conspiração e o envolvimento de Antônio Gonçalves da Cruz e os soldados de Napoleão Bonaparte na sedição ocorrida durante a revolução de 1817, em Pernambuco, foi explanada aqui. As cartas enviadas pelo abade Correia da Serra são a prova de que muito se lutou para que os revolucionários não tivessem ajuda de nenhuma nação. Porém mesmo que os estudos presentes apenas mostrem que a revolução e a influência de Cabúga e do imaginário bonapartista tenham sido frustradas, se fazem presentes na continuação da história, nas lutas por independência e liberdade.

REFERÊNCIAS

- CABRAL, Flávio José Gomes. Uma nova revolução em Pernambuco: Bastidores de uma suposta sedição projetada em 1817 por “mão oculta” do governo norte-americano. Disponível em: [http:// www.pe.anpuh.org](http://www.pe.anpuh.org). Acesso em 30 de agosto. 2012.
- CABRAL, Flávio José Gomes. Dimensões internacionais da Revolução Pernambucana de 1817: a missão diplomática de Cabugá nos Estados Unidos da América. Disponível em: <http://www.congressonucleas.com.br>. Acesso em 02 de outubro de 2012.
- GRIECO, Donatello. Napoleão e o Brasil. Ed. Civilização brasileira, 1939.
- MELLO, Mário. Jornal do Comércio, Recife, 4 de setembro de 1939.
- MOURÃO, Gonçalo de Barros Carvalho e Mello, A Revolução de 1817 e a História do Brasil. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.